



***MULHERES INDÍGENAS UNIVERSITÁRIAS: PROBLEMATIZANDO
AÇÕES AFIRMATIVAS***

***MULHERES INDÍGENAS UNIVERSITÁRIAS: PROBLEMATIZANDO
ACCIONES AFIRMATIVAS***

***UNIVERSITY INDIGENOUS WOMEN: PROBLEMATIZING
AFFIRMATIVE ACTIONS***

Karina da Silva Molina¹

Paula Regina Costa Ribeiro²

RESUMO

Este artigo busca analisar as experiências de algumas indígenas universitárias da FURG, problematizando sua presença e os desafios de estarem na Universidade, a partir das ações afirmativas, as quais foram produzidas em uma governamentalidade neoliberal democrática. Essa conquista implica resistir às comunidades indígenas que, historicamente, não aceitam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e também à realidade universitária, com costumes diferentes que as subjetivam. Assim, no caminho da investigação narrativa, a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres indígenas universitárias, nas dificuldades e conflitos que as cercam, desde sua aldeia até a academia, evidenciando que, para além dessa razão política que busca incluir os/as cidadãos/as para governá-los/as, resta-lhes uma terceira luta que vem com elas de sua aldeia, chegando à universidade: a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, cidadãos/as de direitos, trazidos para um novo espaço, democraticamente.

PALAVRAS-CHAVE: Ações afirmativas. Mulheres indígenas universitárias. Governamentalidade neoliberal democrática.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: karinamolina@furg.br.

² Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Instituto de Educação e dos Programas de Pós-Graduação: Educação em Ciências e Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Pós-Doutorado na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade 1C do CNPq. E-mail: pribeiro.furg@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo busca analizar las experiencias de algunos universitarios indígenas de la FURG, cuestionando su presencia y los desafíos de estar en la Universidad, a partir de acciones afirmativas, que se produjeron en una gubernamentalidad neoliberal democrática. Esta conquista pasa por resistir a las comunidades indígenas que históricamente no aceptan la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, y también la realidad universitaria, con diferentes costumbres que las subjetivan. Así, en la trayectoria de la investigación narrativa, a partir de las vivencias de mujeres universitarias indígenas, las dificultades y conflictos que las rodean, desde su pueblo hasta la academia, demostrando que, además de esta razón política que busca incluir ciudadanos para gobernarlos, tienen una tercera lucha que viene con ellos desde su aldea, llegando a la universidad: la lucha por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, ciudadanos de derechos, llevada a un nuevo espacio democráticamente.

PALABRAS-CLAVE: Acciones afirmativas. Mujeres indígenas universitarias. Gubernamentalidad neoliberal democrática.

ABSTRACT

This article aims to analyze the experiences of some indigenous university students at FURG, questioning their presence and the challenges of being at the University, based on affirmative actions, which were produced in a democratic neoliberal governmentality. This achievement implies resisting indigenous communities that, historically, do not accept equal rights between men and women, and also the university reality, with different customs that subjectify them. Thus, on the path of narrative investigation, based on the experiences lived by indigenous university women, in the difficulties and conflicts that surround them, from their village to the academy, showing that, in addition to this political reason that seeks to include citizens to govern them, there remains a third struggle that comes with them from their village, reaching the university: the struggle for equal rights between men and women, citizens of rights, brought into a new space, democratically.

KEYWORDS: Affirmative actions. Indigenous university women. Democratic neoliberal governmentality.

Introdução

Este busca analisar as narrativas de algumas mulheres indígenas universitárias da FURG, problematizando o avanço que estar na universidade pode representar para elas, entendendo que as ações afirmativas foram produzidas em uma governamentalidade neoliberal democrática. Abrange os primeiros movimentos da pesquisa desenvolvida no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, linha de pesquisa “Discursos, culturas e subjetividades na Educação em Ciências”, da FURG³,

³ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 34247320.6.0000.5324, por meio do parecer nº 4.274.905.

cujo objetivo consiste em compreender como se constituem enquanto sujeitas as mulheres indígenas universitárias da FURG.

A partir de um olhar pós-estruturalista, que nos permite repensar o sistema de valores que nos constituem como sujeitos, questionamos as verdades estabelecidas acerca das ações afirmativas, enquanto políticas públicas que oferecem igualdade de oportunidades, corrigindo desigualdades raciais e, conseqüentemente, sociais, que imperam no Brasil há séculos, como no caso dos povos tradicionais. Quer dizer, estar na universidade representa um avanço para as mulheres indígenas universitárias, pensando na luta da mulher indígena produzida enquanto sujeita dentro da aldeia, sociedade que, historicamente, não aceita a igualdade de direitos entre homens e mulheres, em que o gênero marca o que um homem e uma mulher pode e deve fazer, de forma muito mais contundente que a nossa, considerando, exatamente, os valores culturais envolvidos.

No entanto, apoiadas no conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2008) e do viés da governamentalidade neoliberal democrática trazido por Silvio Gallo (2017), a partir de uma atitude problematizadora preconizada pelo filósofo (2014), contornando as evidências de que tais tecnologias de governo buscam oportunizar condições de igualdade e cidadania a indivíduos que se encontram a margem da sociedade, entendemos que para além de um juízo de valor que nos subjetiva, há uma racionalidade política de onde emergiram essas políticas públicas. Assim, problematizando a lógica das ações afirmativas, tem-se que elas foram produzidas em uma governamentalidade neoliberal democrática, em que o governo busca incluir os/as cidadãos/as para governá-los/as.

Dessa forma, essa visão romantizada do que pode significar uma mulher indígena estar na universidade vai de encontro à luta que ela precisa travar para ser reconhecida, resistido aos padrões estabelecidos na academia, com conhecimentos e costumes diferentes dos seus, aos quais elas precisam se assujeitar e que vão lhes subjetivar também. Porém, este estudo revela que há uma terceira luta que perpassa os muros de sua aldeia e chega até a universidade: a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, ambos cidadãos/as de direitos, trazidos para um novo espaço, democraticamente.

Assim, este trabalho trás os três movimentos de pesquisa desenvolvidos até agora. Primeiramente observamos um encontro de mulheres indígenas aldeadas e universitárias da cidade do Rio Grande/RS, como forma de aproximarmos-nos das sujeitas desta investigação; também realizamos uma revisão bibliográfica, a fim de

conhecer a produção científica envolvendo mulheres indígenas universitárias; e ainda, trazemos uma análise de algumas narrativas das acadêmicas indígenas da FURG, a partir de suas vivências, desde suas comunidades até a universidade, por meio da investigação narrativa, metodologia que nos possibilita compreender experiências, evidenciando o quanto a educação superior tem representado um meio para a visibilidade dessas mulheres.

Desse modo, após esta introdução, o presente texto traz o aporte teórico-metodológico acerca dos conceitos foucaultianos de problematização e governamentalidade, bem como de sua forma adjetivada, a governamentalidade neoliberal democrática, entendendo que é sob essa racionalidade política que as ações afirmativas são produzidas. Ainda, trazemos uma breve contextualização histórica e normativa da criação e instituição das ações afirmativas, de forma geral, e no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, além da metodologia empregada nesses três movimentos da pesquisa. E por fim, apresentamos os resultados encontrados e as considerações finais destes primeiros passos na construção da tese.

Uma atitude problematizadora

Mais que um conceito, um método, problematizar a partir de Michel Foucault⁴ (2014), enquanto referencial teórico-metodológico, envolve um saber operar com o pensamento foucaultiano. Reflete sua maneira de olhar para a história daquilo que pesquisa, analisar a história do pensamento crítico, a constituição do sujeito e do objeto a partir dos jogos de verdade – essas regras segundo as quais diz-se que algo é verdadeiro – que assim os produzem, sendo aqueles que interessam ao filósofo os jogos de verdade colocam o sujeito como objeto de um conhecimento possível, evidenciando quais os processos de subjetivação e objetivação que tornam o sujeito objeto de conhecimento. Foi o que Foucault (2014) fez ao longo de sua obra ao analisar as experiências da loucura, da delinquência e da sexualidade.

Com efeito, a história crítica do pensamento é exatamente a história da emergência dos jogos de verdade, a história de como se articulam os discursos capazes de serem ditos como verdadeiros ou falsos. Na análise da relação entre sujeito e a verdade, que consiste, então, em uma história das subjetividades, entendendo a

⁴ Com a intenção de visibilizar as mulheres a quem me refiro ao longo do texto, opto por usar o nome completo na primeira vez que referencio os/as autores/as com quem dialogo, ainda que, dentro dos parênteses, desacorde com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

subjetividade como a forma pela qual uma experiência constitui o sujeito envolvendo os outros e a si mesmo, tem-se a história de todas essas experiências. A questão é que não há um grande método por trás de todas essas análises, sendo a problematização aquilo que liga todos esses exercícios. O que se tem em Foucault, cuja preocupação está em como se dá a história do pensamento, o que a move, são escolhas, regras, princípios de uma atitude do pesquisador diante de seu objeto. Assim, “tomar como fio condutor de todas essas análises a questão das relações entre sujeito e verdade implica certas escolhas de método”, as quais refletem o modo do filósofo operar com a história (FOUCAULT, 2014, p. 237).

Pode-se dizer que essas escolhas consistem em três movimentos. O primeiro deles é colocar sob suspeita os grandes universais, o que não significa negá-los, mas admitir que talvez não seja rigorosamente indispensável aquilo que nos é proposto como saber de validade universal, entendendo, por certo, que seu conteúdo varia, conforme o tempo e as circunstâncias, mas também, questionando-os acerca do que possibilitou reconhecê-los com tal, conforme regramento do que é e não é verdade (*Ibid.*, 2014).

Uma segunda escolha de método, segundo Foucault (2014, p. 237), consiste em “inverter procedimento filosófico de remontar ao sujeito constituinte, do qual se exige dar conta do que pode ser todo o objeto de conhecimento em geral”, olhando-se não para os grandes vultos ao analisar a consequência da história, mas atendo-se às práticas concretas. Esse olhar envolve um dirigir-se para onde nos é possível encontrar a experiência, na qual “o sujeito e o objeto se formam e se transformam um em relação ao outro e em função do outro” (*Ibid.*, 2014, p. 237).

Também voltada às práticas, mas partindo de um como se fazia, desde quando é assim, até se chegar ao ponto em que não existia, numa descontinuidade, a terceira escolha busca entender por que algo é problema agora. “São as práticas concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto”, de modo que será a partir dessas práticas que “compreende-se a importância que deve ter a análise das relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 238).

Dessas relações de poder emergem as situações de preconceito e discriminação que configuram como o problema da experiência de descontinuidade da sujeita indígena na universidade, atuando como um exercício que provoca o nosso pensamento. Partindo daí, das práticas concretas envolvendo a experiência indígena universitária, chega-se a

emergência das políticas públicas, qual seja, a Constituição Cidadã⁵ e um governo, no qual todos/as os/as cidadãos/ãs devem estar devidamente incluídos/as, resultando na inserção indígena no ensino superior por meio das cotas e das demais ações afirmativas, não como forma de corrigir desigualdades históricas, verdade produzida, mas contornada sob égide de uma razão política neoliberal e democrática, no intuito de inserir a todos/as como cidadão/ãs para poder governa-los/as, junto ao princípio da não exclusão neoliberal para que todos participem do jogo econômico. Trata-se do jogo de verdades que produziram os/as indígenas enquanto sujeito e objeto das as políticas de ações afirmativas: a governamentalidade neoliberal democrática, tratada na próxima seção.

O conceito de governamentalidade

A noção de governamentalidade, apresentada por Foucault (2008) em *Segurança Território, População*, surge a partir do século XVIII, com o desbloqueio das artes de governar, as quais estavam baseadas muito na noção de poder, como aquela em torno do poder soberano, cujo alvo era a conquista de territórios. A partir desse desbloqueio, que envolve um deslocamento da noção de poder para a noção de governo, ainda que ambas se encontrem bastante relacionadas, pois as operações de governo são operações de poder, tem-se uma forma de governar específica que passa a ter como objeto e objetivo a população, sendo que quando se fala de governo, fala-se da ação de governar, da ação de conduzir as condutas dos sujeitos. De acordo com Alfredo Veiga-Neto (2013), o conceito de governamentalidade envolve as diversas maneiras pelas quais cada um governa a si mesmo e aos outros.

Interessante destacar que, segundo Edgardo Castro (2009, p. 191), as artes de governo ou de governar abrangem “o cuidado de si, as diferentes formas de ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo”. Conforme Veiga-Neto (2013), a elas incluem-se o governo de si mesmo e o governo dos outros, modos políticos da governamentalidade e o cruzamento entre ambos, acrescentando-se ainda o neoliberalismo, que está sendo a manifestação atual, contemporânea, de racionalizar o poder do Estado na forma governamentalizada.

⁵ A Constituição Federal de 1988 foi batizada de Constituição Cidadã porque nessa época o Brasil era um país recém-saído da ditadura militar, sendo considerada uma das mais avançadas e democráticas do planeta, no que diz respeito aos direitos e garantias individuais do cidadão, elaborada com uma intensa participação popular.

O liberalismo corresponde a um refinamento dessas artes de governar, em que o governo age menos para governar mais. Com a liberdade de mercado, juntamente com a não intervenção estatal naturalizando as relações sociais e econômicas, resta ao Estado o papel de ajustar socialmente o que já estaria impresso na natureza humana. Tem-se o governo da sociedade, esta “formada por sujeitos que são, cada um e ao mesmo tempo, objeto (governado de fora) e parceiro (sujeito autogovernado) do governo. Em outras palavras, um sujeito com deveres e direitos, um sujeito cidadão, um sujeito-parceiro” (VEIGA-NETO, 2018, p. 218).

No sistema neoliberal, a liberdade deixa de ser algo natural, espontâneo, devendo ser produzida e exercitada sob a forma de competição, princípio manifesto do neoliberalismo. Daí a escola, e a universidade, por analogia, constituírem-se como uma instituição interessante ao neoliberalismo, em que essa liberdade deve ser continuamente ensinada, governada, regulada, dirigida, controlada. A partir da competição, uma governamentalidade neoliberal intervém, maximizando essa competição, produzindo liberdade para que todos possam estar no jogo econômico: “o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade” (*Id.*, 2013, p. 26).

Dentre as formas do conceito de governamentalidade de Foucault (2008), partimos daquela forma de ser do pensamento político, econômico e social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e sociedade. Isso porque a presença indígena nas universidades, seja por meio da Lei das Cotas, que dispõe acerca da reserva de um percentual de vagas para determinado grupo que se pretende incentivar ou do Programa Nacional de Ações Afirmativas, instituído, no âmbito da Administração Pública Federal, tratando de políticas públicas que objetivam corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos, protegendo minorias discriminadas em determinado período histórico, reflete uma racionalidade política baseada na noção de democracia.

Quer dizer, ao fim de uma ditadura civil-militar, buscou-se a constituição de um Estado democrático, centrado na afirmação dos direitos humanos e civis dos/as cidadãos/ãs, o qual concretizou-se por meio da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. Trata-se da governamentalidade neoliberal democrática proposta por Sílvia Gallo (2017). Tem-se, à época, no Brasil, uma ação de governar inscrita na biopolítica e no governo das populações, centrada na afirmação da cidadania, com mecanismos de governo refletidos em “uma intensa produção de políticas públicas nos mais variados campos, como forma de constituir tal processo de governo

populacional, no qual todos os cidadãos devem estar devidamente incluídos”, “uma vez que é preciso ser cidadão para que se possa ser governado democraticamente” (*Ibid.*, p. 86-87).

Com efeito, somos assujeitados/as a cidadãos/ãs, compulsoriamente, subjetivados/as a obedecer aos princípios básicos de uma sociedade democrática, devendo participar, confessando a verdade do que somos, nos mais diversos processos sociais, enquanto cidadãos/ãs de direitos – direito à educação – “temos direito de ser, por isso somos. A biopolítica da governamentalidade democrática produz o ‘sujeito de direitos’”. E a escola afirma-se como “local de produção de cidadania, de preparação do estudante para um exercício crítico, consciente e participativo na sociedade” (*Ibid.*, 2017, p. 88-89).

Nas palavras de Gallo (2017, p. 90), “os processos educativos nos conformam a esta subjetividade”, restando às mulheres indígenas universitárias uma terceira luta, para além daquelas com a sua comunidade e dentro da universidade: aquela contra este sujeito constituído na forma da cidadã de direitos, direito a estar na universidade, algo que de fato foi produzido pelo poder. Há que se reconhecer que esta cidadã de direitos foi produzida nesta governamentalidade democrática que assim a subjetiva, de modo que sua luta será contra os processos de sujeição que a envolvem, uma luta refletida numa recusa daquilo que ela é: “recusar essa cidadania de cunho neoliberal que nos tem sido imposta” (*Ibid.*, 2017, p. 91).

Passamos a um breve histórico acerca da inclusão indígena no ensino superior, assunto de relevância a partir das duas últimas décadas, momento de redimensionamento das relações entre índios/as e não índios/as. A partir da Constituição de 1988 e dos avanços pós-constitucionais na questão indígena, fortaleceu-se o trabalho das organizações indígenas e o reconhecimento do direito à diversidade étnica e cultural. Muitas experiências ocorreriam de forma isolada e fragmentada, movidas pela iniciativa pessoal dos/as indígenas ou junto às suas famílias (JULIANE SACHSER ANGNES *et al*, 2017).

A inclusão indígena no ensino superior

Ainda na década de 1990, o acesso ao ensino superior foi ampliado com propostas de políticas de ações afirmativas adotadas por governos, instituições de ensino e iniciativas privadas. As primeiras experiências de ações afirmativas para a educação superior para estudantes indígenas deram-se por meio de convênios entre a Fundação

Nacional do Índio (FUNAI) e algumas universidades públicas e privadas, como a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Algumas instituições de ensino superior adotaram as políticas de interiorização de ensino e pesquisa, permitindo aos indígenas a oportunidade de participar dos processos seletivos, a partir da abertura de polos universitários em municípios estratégicos, como a Universidade Federal do Amazonas – UFAM (GERSEM DOS SANTOS LUCIANO, 2006).

A presença indígena no ensino superior brasileiro está cada vez maior, destacando-se a superioridade da presença feminina, a qual vem aumentando nos últimos anos, segundo aponta Rodrigo Simões (2018). Antonio Carlos de Souza Lima (2018) destaca dados que contam com 32.147 indígenas matriculados/as, sendo 9.810 em instituições públicas. Ainda, conforme Simões (2018), o número de mulheres indígenas que ingressaram em instituições de ensino superior passou de 2.780, em 2009, primeiro ano em que a variável cor/raça foi contabilizada, para 17.269, em 2018, último ano analisado pelo levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo, conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003). Segundo Maria José de Jesus Alves Cordeiro (2008), a população indígena continua tendo seus direitos violados por situações discriminatórias, de intolerância, preconceito e desrespeito aos direitos já preconizados legalmente. Daí as cotas constituírem-se como uma medida urgente, de acordo com Érica da Silva Mendonça e Maria Lúcia Aranha (2020, p. 182), diante do fato de o ensino público básico não colocar os indígenas “em pé de igualdade para competir com o estudante branco de classe média de escola particular”.

Uma política de ação afirmativa nasce frente a um cenário sociocultural histórico, estatisticamente comprovado de desigualdades existentes e necessidade de reparos. Não se trata de um benefício ou algo injusto, já que uma ação afirmativa só se faz necessária quando se percebe um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados (CELINA SOUZA, 2006). Tampouco consiste em uma simples medida paternalista ou que cria dependência, pois, extintas as situações de desigualdades a serem corrigidas, a adoção de ações afirmativas deixa de ser necessária. A criação de incentivos que busquem o equilíbrio entre os percentuais de cada minoria na população deve dar-se por um período provisório (ARABELA CAMPOS OLIVEN, 2007).

Nesse sentido, Gersem dos Santos Luciano (2006), professor indígena, doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), Baniwa, nascido na aldeia Yaquirana, no Alto Rio Negro, Amazonas, ratifica que as políticas de cotas são, portanto, necessárias enquanto política compensatória, mas não enquanto política pública permanente. A solução definitiva para superar as desigualdades de condições e oportunidades deve ser pautada por um serviço educacional de qualidade, sem privilégios, ao alcance de todos/as os/as cidadãos/ãs brasileiros/as.

Assim, o Programa Nacional de Ações Afirmativas⁶ trata de políticas públicas que objetivam corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos, protegendo minorias discriminadas em determinado período histórico. Ainda destacamos a Lei das Cotas⁷, que dispõe acerca da reserva de um percentual de vagas para determinado grupo que se pretende incentivar. Ainda que polêmica, é uma ação afirmativa, pois, segundo Mendonça e Aranha (2020, p. 186), objetiva “criar, através da discriminação positiva, a igualdade material” entre brancos e tal grupo, no caso, os indígenas, para o acesso ao ensino superior público.

Sob o argumento de que essas cotas não poderiam ser raciais, tendo em vista o preceito constitucional que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), é frequentemente contestada, cabendo trazer a manifestação unânime do Supremo Tribunal Federal (STF)⁸ a respeito, ratificando a constitucionalidade das ações afirmativas, entendidas como políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país, destacando-se o princípio constitucional da equidade, o qual propõe que se tratem os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades, de modo a oferecer estímulos a todos àqueles que não tiveram igualdade de oportunidades, devido à discriminação e ao racismo.

No que diz respeito à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, local aonde realizamos esta pesquisa, destacamos que há 10 anos vem realizando processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas, bem como diversas formas de

⁶ Instituído, no âmbito da Administração Pública Federal, pelo Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm>. Acesso em: 1º mai. 2017.

⁷ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 1º mai. 2017.

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186*. Presidente: Ministro Gilmar Mendes, 31 julho 2009. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStfArquivo/anexo/ADPF186.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

assistência estudantil, como bolsas, moradia, alimentação, acompanhamento pedagógico. Conta com o Programa de Ações Afirmativas (PROAAf)⁹, que tem por fim promover a democratização do ingresso e permanência de estudantes indígenas, entre outros, ofertando vagas para candidatos/as indígenas mediante habilitação em processo seletivo específico. No último ano, foram oferecidas 10 vagas¹⁰ destinadas, exclusivamente, à primeira graduação, as quais são criadas, anualmente, sendo extintas, quando não ocupadas.

Ainda, ao/a estudante indígena, ingressante pelo PROAAf, é assegurada moradia, alimentação, transporte, bolsa permanência e auxílio pré-escola, conforme instruções normativas de cada benefício. No que diz respeito a permanência do/a estudante indígena, destacamos na FURG o Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante¹¹. Visa qualificar a permanência dos estudantes, minimizando as desigualdades originadas por situações sociais, psicológicas e/ou pedagógicas, que impeçam o pleno desenvolvimento acadêmico.

Passamos agora às questões metodológicas a partir das quais articulamos os primeiros movimentos desta pesquisa. De início, apresentamos uma contextualização acerca da observação realizada no Encontro de Mulheres Indígenas de Rio Grande, ocorrido em 2019, por meio do qual foi possível aproximarmos-nos das sujeitas desta pesquisa. Logo após, trazemos os dados acerca de um levantamento realizado no Portal de Periódicos da Capes envolvendo a produção de trabalhos sobre mulheres indígenas universitárias. E por fim, trazemos um apanhado de como as primeiras narrativas das mulheres indígenas universitárias vêm se construindo nesta investigação.

Aspectos metodológicos

Este artigo retrata os três movimentos realizados nesta pesquisa de doutorado até o momento. O primeiro consiste na observação de uma roda de conversa entre mulheres indígenas da cidade do Rio Grande, ocorrido em 2019, oportunidade que nos possibilitou uma aproximação com as mulheres indígenas universitárias, sujeitas desta

⁹ Instituído pela Resolução nº 020/2013, do Conselho Universitário. Disponível em: <<http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/consun/02013.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

¹⁰ Conforme Edital do Processo Seletivo 2020 Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas. Disponível em: <https://coperse.furg.br/images/Editais/2020/indigenas/Edital_2020_Indigenas.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

¹¹ Disciplinado pela Instrução Normativa 001/2016, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Disponível em: <http://www.prae.furg.br/images/Documentos/Documentos/2016/INSTRU%3%87%C3%83O_NORMATIVA_AP.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018

investigação, e também, com algumas daquelas aldeadas da região; o segundo, em uma revisão bibliográfica no Portal de Periódicos da Capes, movimento importante, que permite conhecer a produção científica sobre tema; e o terceiro já introduz a investigação narrativa como estratégia metodológica.

Para uma aproximação com o corpus desta pesquisa, realizamos uma observação no Encontro de Mulheres Indígenas de Rio Grande, ocorrido em 18 de outubro de 2019. O evento tinha como objetivo principal a união e o compartilhamento das demandas e especificidades das mulheres indígenas na cidade do Rio Grande¹², enquanto um espaço para discutir políticas públicas na saúde, educação e políticas afirmativas, entre trocas de saberes e vivências das mulheres indígenas, tendo o mesmo sido organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Rio Grande (COMDIM).

Dessa observação e seu diário de campo, construímos algumas narrativas a partir da fala de algumas mulheres indígenas oriundas de aldeias da cidade. Conforme afirmam Jean Clandinin e Michael Connelly (2015), o diário de campo é uma valiosa forma de registro, dentre os diversos instrumentos possíveis, capazes de resultar em valiosos textos de campo a serem utilizados em uma investigação narrativa.

Essa roda de conversa contou com a presença de algumas lideranças femininas do município, além de algumas mulheres integrantes de comunidades locais. É importante destacar que os maridos dessas mulheres, ainda que sem participação ativa, com espaço para fala, estavam presentes no encontro. Também participaram da roda de conversa três alunas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Alguns alunos indígenas da Universidade também estiveram presentes.

Num segundo movimento de pesquisa, realizamos um breve levantamento no Portal de Periódicos da Capes, acerca do que se tem produzido, atualmente, sobre mulheres indígenas universitárias. Os descritores utilizados foram “mulher indígena universitária”, “mulher indígena” e “universidade” e/ou “educação” e/ou “ações afirmativas”, a partir de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, momento em que os/as indígenas passam a ser cidadãos/ãs de direito, até os dias atuais.

¹² No município do Rio Grande, conforme dados da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Povos Indígenas, disponibilizados durante o “Mini-colóquio de Políticas Sociais: políticas para mulheres e meninas em evidência no município do Rio Grande”, realizado em setembro de 2020, a população indígena tem em média são 110 indivíduos, divididas em duas etnias três aldeias: etnia Guarani Mbya – aldeia Yiembré (Palma) e aldeia Pará Rokê (Domingos Petrolina) – e etnia Kaingang – aldeamento Goj Tang (Cassino). São 31 famílias, com 57 mulheres e 53 homens. A cidade conta ainda com 36 estudantes da FURG, sendo 18 mulheres e 18 homens.

Foram encontrados 16 artigos, conforme quadro abaixo, abordando diversas temáticas acerca do papel das mulheres dentro da organização sociocultural indígena, além de investigações envolvendo gênero e indígenas na América Latina, dentre os quais, o cotidiano da mulher indígena, movimento, luta e conflitos, cidadania e direito à cidade, educação, trabalho, violência de gênero dentro das aldeias, exclusão, invisibilidade e juventude indígena, conforme quadro que segue.

Título	Autores	Revista	Ano
Uma viagem às histórias do cotidiano das mulheres da floresta	Cristina Wolff	<i>Hucitec</i>	1999
<i>Género y sustentabilidad: nuevos conceptos para el movimiento indígena</i>	Lourdes Guala	<i>Polis Revista Latinoamericana</i>	2004
<i>Ciudadanía, género e conflicto em pueblos indígenas</i>	Olga Restrepo	<i>Convergencia</i>	2005
A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente	Marilda Maracci	Geografares	2008
Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná	Rosângela Faustino, Vanessa Novak e Simone Lança	Revista Emancipação	2010
<i>Haciendo visible lo invisible. Violencia de género y entre generaciones en una comunidad indígena colombiana</i>	Fanny Delgado e Colombia Enríquez	<i>Invest Educ Enferm.</i>	2010
<i>Sexo/género, clase, raza: feminismo descolonial frente a la globalización.</i>	Sabine Masson	<i>Andamios</i>	2011
A escola indígena tem gênero: explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakribá	Isis Teixeira e Ana Maria Gomes	Práxis Educativa	2012
Os indígenas e o direito a cidade: negação e invisibilidade em Manaus	Norma de Sousa	Em Pauta	2014
<i>Transnacionalismo e género em uma comunidade indígena de Oaxaca</i>	Adriana Cruz-Manjarrez	Les Cahiers ALHIM	2014
<i>La perspectiva de género en la comprensión de la masculinidad y la sobrevivencia indígena en México</i>	Rufino Díaz-Cervantes	<i>Agricultura, Sociedad y Desarrollo,</i>	2014
<i>Género, sexualidad y cuerpo. Campo juvenil y jóvenes universitarios indígenas de San Luis Potosí, México</i>	Daniel Domínguez e Consuelo Lozano	<i>Cuicuilco</i>	2015
<i>Mujeres, indígenas, gays y lesbianas en México. ¿Comunidades Excéntricas?</i>	Rosa Jiménez e Mónica Contreras	<i>Revista de Estudios de Género</i>	2016
As fronteiras da exclusão: o processo identitário e multifacetado do indígena	Vania Guerra	<i>The Specialist</i>	2018
<i>Mujeres-Indígenas y decisiones políticas.</i>	Andrea Gigena	<i>La Ventana</i>	2018
A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão	Wagner do Amaral e	Em Pauta	2020

	Jenifer Bila		
--	--------------	--	--

Fonte: Dados de pesquisa (2019-2020)

Destes, três artigos foram selecionados por evidenciarem como se constituem as mulheres indígenas enquanto sujeitos dentro de suas comunidades e, a partir disso, a importância da educação superior para a visibilidade da mulher indígena: “Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná”¹³; “*Género y sustentabilidad: nuevos conceptos para el movimiento indígena*”¹⁴; “*Género, sexualidad y cuerpo – Campo juvenil y jóvenes universitarios indígenas de San Luis Potosí, México*”¹⁵.

Ainda, como terceiro movimento da pesquisa, apresentamos o caminho preliminarmente, traçado, qual seja, o da investigação narrativa, entendendo-a como o estudo da experiência, como ela é vivida e contada. O que aponta Jorge Larrosa (2011), de a experiência ser aquilo que me passa, exterior a mim, que não pertence ao meu lugar, vai ao encontro do que acontece com as participantes desta pesquisa, as acadêmicas indígenas da FURG. O ambiente universitário por si só, na vida de qualquer estudante, indígena ou não, traz significativas mudanças em seu dia a dia, novas perspectivas.

Levando em consideração o que apontam Jean Clandinin e Michael Connelly (2015, p. 51), que a pesquisa narrativa se dá “no meio do viver e do contar, do reviver e recontar histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas as perspectivas: individual e social” e que a “investigação narrativa é uma forma de compreender a experiência”, por meio das narrativas, é possível conhecer e compreender os atravessamentos que perpassam as mulheres indígenas universitárias. Com efeito, são suas experiências em suas relações familiares, profissionais, sociais, entre outras, que constituirão esses novos sujeitos que elas se tornarão (*Ibid.*, 2015).

É o que Larrosa (2011, p. 6) diz, que “o lugar da experiência sou eu”, é em mim, em minhas palavras, ideias, sentimentos, projetos, intenções, em meu saber, meu poder ou em minha vontade. Ainda, a experiência consiste em um movimento de ida e volta: ida porque a experiência envolve um movimento de exteriorização, de saída de si mesmo, indo ao encontro do acontecimento, daquele ‘isso’ que passa; e volta porque a

¹³ Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.341350>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/7284>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

¹⁵ Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/cuicui/v22n62/v22n62a8.pdf>>. Acesso em 8 mai 2019.

experiência supõe que o acontecimento afeta a mim, produzindo efeitos no que eu sou, penso, sinto, quero. “O sujeito da experiência se exterioriza em relação ao acontecimento, que se altera, que se aliena” (*Ibid.*, p. 7).

Quanto à produção dos dados desta investigação narrativa, o instrumento de escolhido foi a entrevista narrativa, a qual enquadra-se num plano investigativo de caráter qualitativo, do tipo descritivo, em que se procura “interpretar e compreender histórias complexas, tendo em conta os significados, as experiências e as emoções num determinado acontecimento ou contexto social”, conforme destacam Clandinin e Connelly (2015, p. 134). É um método de pesquisa não estruturada e de profundidade, que conduz o/a entrevistado/a à sua memória, conforme (BÁRBARA MARTINS; VIRGÍNIA FERREIRA, 2016, p. 620).

Das 16 estudantes indígenas matriculadas nos cursos de graduação da FURG até o final do ano de 2020¹⁶, sendo três no curso de Medicina, três no curso de Psicologia, quatro em Direito Diurno, uma em Direito Noturno, quatro em Enfermagem, uma Educação Física, uma em Administração e uma no curso de História Licenciatura, até o presente momento, foram realizadas seis entrevistas¹⁷, de forma *on line*, por meio do aplicativo para videoconferência *Google Meet*, conforme quadro abaixo. O contato com as acadêmicas ocorreu, num primeiro momento, via e-mail e, posteriormente, por *WhatsApp*, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), fornecendo o contato das alunas.

Aluna	Ingresso	Curso	Etnia	Idade	Estado Civil	Tem filhos	Cidade
1	2019	Direito	Guarani	20	Solteira	Sim	Garibaldi
2	2018	Direito	Guarani e Kaingang	23	Solteira	Não	Ervat Grande
3	2016	Direito	Guarani	41	União estável	Sim	Planalto
4	2017	Educação Física	Kaingang	26	Casada	Sim	Irai
5	2017	Direito	Kaingang	24	Solteira	Não	Tapejara
6	2018	Direito	Guarani	38	Solteira	Sim	Planalto

Fonte: <https://sistemas.furg.br>

¹⁶ Ainda que no sistema da universidade conste que a FURG tem 18 acadêmicas matriculadas em seus cursos de graduação, segunda a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), 16 alunas são frequentes.

¹⁷ As mulheres indígenas entrevistadas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A seguir, apresentamos os resultados dos movimentos iniciais da pesquisa: a observação de um encontro de mulheres indígenas na cidade do Rio Grande, uma revisão bibliográfica sobre mulheres indígenas universitárias e as primeiras entrevistas narrativas com as alunas indígenas da FURG. As produções científicas selecionadas trouxeram aspectos relevantes na constituição das mulheres indígenas enquanto sujeitas dentro de suas comunidades, revelando, com efeito, a importância da educação superior para a visibilidade da mulher indígena, o que é possível vislumbrar também nas narrativas das mulheres indígenas presentes no referido encontro e na das universitárias da FURG, partindo das práticas que envolvem sua vivência desde suas comunidades de origem até suas experiências na Universidade.

A educação como caminho para a visibilidade da mulher indígena

Nesta seção, apresentamos uma análise que articula os movimentos da pesquisa que vem se desenhando até o momento. A partir dos artigos selecionados na revisão bibliográfica acerca do que se tem produzido sobre mulheres indígenas universitárias, bem como das primeiras narrativas das acadêmicas indígenas da FURG, as quais abrangem suas vivências desde suas aldeias até a Universidade, além das narrativas de duas mulheres que vivem em uma pequena comunidade indígena da cidade, evidenciamos aspectos relevantes na constituição das mulheres indígenas enquanto sujeitas dentro de suas comunidades, os quais revelam a importância da educação superior para a visibilidade da mulher indígena.

Uma mulher indígena estar na universidade representa um avanço na luta da mulher indígena pela igualdade de direitos, com efeito, para além da racionalidade política que possibilitou tal realização, uma governamentalidade neoliberal democrática que a todos/as incluem para a todos/as governar, e coloca em evidência uma outra sujeita que não aquela que é esposa, mãe, dona de casa, artesã. Existe um outro possível a agregar-se à vida dessas mulheres, como podemos depreender de uma das primeiras narrativas produzidas a partir das entrevistas que vêm sendo realizadas com as acadêmicas indígenas da FURG. Em sua fala, a entrevistada relata que, casada, com filhos adultos, após um longo período sem estudar, retorna a partir do exemplo da irmã.

Eu deixei de estudar, vim morar com o meu irmão na cidade, casei, tive os filhos, o rapaz tá com 21 anos e a moça tá com 19. Eu voltei a estudar depois de quase 20 anos, fiz o EJA. Minha irmã já estava na universidade, porque antes disso, eu nem sabia o que era

universidade, na minha cabeça era coisa de rico, sabe, jamais nós estaríamos em uma universidade, meu pensamento foi sempre assim. Essa minha irmã fez a frente e eu voltei a estudar (Aluna 3).

Essa irmã representa uma nova realidade que motiva a mulher indígena que vive na aldeia ou nas cidades ao seu redor. A narrativa de uma outra estudante entrevistada reconhece a importância dessa motivação, revelando suas perspectivas para o futuro, cuja meta é trazer a essas mulheres possibilidades outras de um ser mulher indígena, como uma liderança, com o desejo de, assim, transformar a cultura machista que se perpetua há tempos.

Eu pretendo lutar pelos direitos, no geral, porque a gente vê que tem muita coisa para ser trabalhada, né, mas o foco sempre vai ser a questão das mulheres, trabalhar sempre voltada para elas, pra buscar coisas, assim, motivar as mulheres, porque até isso é difícil, sabe, receber alguma ajuda das pessoas dentro da aldeia... buscar recurso pra elas, para elas trabalharem. Eu estava agora¹⁸ conversando com as assistentes sociais que tem ali na prefeitura e elas falaram 'quando tu voltar a gente vai ter muita coisa para fazer, a gente achou a pessoa certa pra trabalhar conosco', então, vai ser sempre voltado pro bem delas. E se possível, né, eu tenho esperança que a cultura abraça as nossas ideias também, né, dê espaço para a nossa fala, e pra tentar colocar, abrir a cabeça das nossas lideranças. Uma coisa que eu quero, bah, meu sonho... tentar fazer eles compreenderem mais nós, através de conversa, para eles verem que a mulher não é culpada, sabe, porque muitas coisas assim eles punem... que eles pensem mais sobre nós. E eu tava pensando assim, né, porque tu não vê liderança mulher dentro da aldeia, é só homem, o grupo é só de homem, e quem sabe um dia a gente não possa fazer parte desse grupo de liderança pra poder lutar, dizer 'não é assim, tem que pensar diferente'. Porque imagina só um grupo de homens pensando sobre nossas coisas e ainda machista como são... Então, eu ainda tenho esperança que um dia vai ter uma mulher fazendo parte da liderança pra tentar mudar esse pensamento deles e acolher, dar espaço pra ouvir mais a gente, sabe, como acontece nesses casos dentro das aldeia, em que, muitas vezes eles não escutam as mulheres e simplesmente vão punir. Ter uma mulher dentro do grupo de liderança já vai fazer muita diferença e acredito que vai ser muito produtivo, tanto pra eles quanto pra nós mulheres também [...] quem sabe seja eu, isso vai motivar as mulheres (Aluna 6).

Cabe aqui apresentar o outro lado dessa troca. As narrativas das mulheres indígenas que vivem em comunidades na cidade do Rio Grande trazem um apelo às acadêmicas indígenas da FURG, um pedido de ajuda, de mulher para mulher, de mãe para mãe, a partir das discussões em torno do preconceito. Esse chamamento para que

¹⁸ A estudante durante a entrevista, em razão da pandemia, encontrava-se em sua comunidade indígena.

as mulheres indígenas universitárias as visitem nas aldeias com mais frequência reflete a tamanho reconhecimento que estar na universidade representa. Podemos depreender desses relatos que a mulher indígena universitária é uma guia, alguém que teria as respostas para as dúvidas daquelas que não saíram da aldeia.

A gente tá sofrendo preconceito ainda, mas a gente vai indo, né, a gente tem que enfrentar, né. Queria pedir mais o apoio de vocês, eu chorei, eu disse pro meu marido, eu não sei mais em quem confiar. Eu peço aqui na frente de vocês, vem mais vezes visitar nós, porque eu vou dizer que eu não tô bem... daí eu quero que vocês se aproximem mais de nós. Semana passada inteira a minha filha não foi na aula, daí eu perguntei pra ela, 'filha, por que tu não tá indo na aula mais', daí ela me disse 'por que eu vou se os meus colegas me olham com cara feia'. Isso é muito triste pra mim, eu não falei isso pra ninguém, tô falando isso aqui pra vocês. Ela me disse 'mãe, isso não é bom pra mim...' Nós que somos indígenas gostamos de proteger nosso filhos, que nem uma galinha (Diário de campo).

A mulher indígena universitária representa uma vitória que conforta, que dá força para lutar, e uma luta que leva a algum lugar, lugar este almejado pelas mulheres indígenas aldeadas na figura de seus/suas filhos/as.

Essa parte aí dói pra nós, né, preconceito com os nossos filhos. Também queremos que eles cheguem lá, que nem vocês chegaram lá, quero que um dos meus filhos, pelo, menos, chegue lá, né. É isso que eu digo quando eles chegam pra mim e dizem 'mãe, eu sofri isso'. Eu digo pra eles 'não é por isso que vocês tem que parar, vocês tem que ir em frente'. 'As vezes tem uns que chamam a gente de bugre, e eu não sei, eu não entendo isso', eles dizem, né. Daí eu digo, não, os nossos antepassados, eles eram bugres, eles matavam pessoas pra comer. Não, eu digo pra eles, nós não somos bugres [...], não, a nossa cultura é indígena, vocês tem que falar para as pessoas que vocês são índios. Muitas vezes a gente sofre bastante coisas, mas é assim que a gente tem que viver, é a nossa vivência, mas vamos chegar lá, vamos lutar. Tenho certeza que quem já escutou a gente falar vai dizer, não, aquele lá não é bugre, é índio (Diário de campo).

Para além dessa questão da motivação, Rosângela Célia Faustino, Simone Jacomini Novak e Vanessa de Souza Lança (2010) destacam uma ausência de debates e pesquisas sobre questões de gênero e especificidades das mulheres nas aldeias indígenas, ressaltando-se que não há espaços organizados que favoreçam a discussão de assuntos de interesse das mulheres, tampouco políticas públicas específicas com foco na questão de gênero. Daniel Solís Domínguez e Consuelo Patricia Martínez Lozano (2015) destacam tratar-se de uma população escassamente abordada por aqueles que

estudam etnia, gênero e juventude indígena, ainda que tenha havido uma crescente de estudos sobre a juventude, a partir do novo milênio, há um déficit na perspectiva de gênero.

Isso se reflete na narrativa de uma das acadêmicas indígenas da FURG, sobre a dificuldade de as mulheres indígenas que vivem nas aldeias buscarem abrigo legal fora delas. Seu relato evidencia essa falta de esclarecimento acerca de assuntos que tocam as mulheres, como o desconhecimento de como proceder nos casos de denúncia de violência doméstica ou na busca por pensão alimentícia, por exemplo, com o agravante de, em alguns casos, procurar apoio legal não indígena signifique uma afronta às lideranças.

No momento em que a gente, em que as mulheres indígenas moram dentro de uma aldeia, elas têm que respeitar as regras daquela aldeia, daquele cacique, vice-cacique, das lideranças que estão lá. Geralmente, essas lideranças optam por fazer algo interno, entre eles, tipo ensinar, aconselhar. Eles têm as cadeias deles, eles botam um, dois, três, quatro dias, depende do cacique. E é isso aí. Então, para elas saírem das aldeias, para ir numa legislação dos brancos, como a gente fala, elas têm que passar por cima das autoridades delas. Então, a gente vê o quanto é difícil para elas poderem ir atrás de uma Maria da Penha. Como moram na aldeia, não tem uma certa noção de como funciona, tipo, 'vamos sair da aldeia, tá, mas agora eu vou aonde, quem eu tenho que procurar, aonde eu tenho que ir', não é repassado pra elas. Não tem uma autoridade que vá dentro das aldeias indígenas explicar ou conversar, com as próprias lideranças. Não tem nada disso, então, eu acho que nessa questão, as mulheres indígenas são muito desamparadas ainda. [...] Tem também a questão da pensão alimentícia para criança. É uma coisa que elas não vão atrás, porque se separou, se o homem sumiu, a família cuida, a família cria, já vem da cultura deles, sabe. São poucas que vão para a legislação dos brancos, que vão procurar os seus direitos, dos seus filhos, enfim, que vão atrás de uma pensão (Aluna 1).

Tais fatores tornam-se relevantes a partir do momento em que meninas, de 13/14 anos, em geral, abandonam a escola para se casarem ou assumirem maiores responsabilidades no cuidado dos/as irmãos/ãs menores, nos trabalhos domésticos, na fabricação e na venda de artesanato, atividade que representa o sustento da maioria das famílias nas comunidades indígenas. Dentre as responsabilidades das mulheres adultas estão os afazeres domésticos, o cuidado dos/as filhos/as, o plantio e a colheita, além da confecção e venda de artesanato nas cidades (FAUSTINO, NOVAK e LANÇA, 2010).

Nesse sentido, a narrativa de uma das entrevistadas traz a experiência do casamento jovem na vida da mulher indígena na aldeia, difícil em vários sentidos: não ter alguém para conversar, a depressão, o filho pequeno.

Eu me casei bem novinha, com 13 anos. Não tenho lembrança boa, não foi legal... eu era criança e eu não tinha ninguém pra me dar um conselho, né, pra dizer 'olha, isso aí não pode'. Isso aí, tudo que eu passei, assim, eu vejo que foi pra mim devastador. Eu consegui segurar esse casamento por 12 anos, era uma coisa que eu não queria, entrei duas vezes em depressão [...] depois, com ajuda de psicólogo, psiquiatra, porque quando eu era nova e entrei no casamento, eu não sabia nem o que era um psicólogo, um psiquiatra, mas depois eu fui morar perto dos meus irmãos, fora da aldeia... foi aí que eu criei coragem de largar essa vida. Eu já tinha o meu primeiro filho, ele tinha três anos, foi bem complicado (Aluna 6).

Faustino, Novak e Lança (2010) apontam que a mulher tem atuação na organização sociocultural indígena, participa das assembleias comunitárias, que tratam de assuntos de interesse da comunidade, porém seus aconselhamentos dão-se apenas em âmbito doméstico, uma vez que a chefia ocorre por meio do sistema de cacicado, no qual prepondera o papel do homem: historicamente os caciques e demais lideranças políticas costumam ser do sexo masculino. Segundo Lourdes Guala (2012, p. 5), a concepção de igualdade de gênero requer uma mudança cultural na forma de pensar e agir dos povos indígenas, já que implica uma atribuição de “papéis” iguais a homens e mulheres, colidindo com o que ocorre de fato: esses “papéis” são determinados pelos padrões culturais da comunidade, marcados conforme o gênero, atribuídos exatamente com base na diferença sexual (masculino-feminino).

A questão da maternidade enquanto algo que atravessa muito mais esse papel da mulher aparece nas narrativas como uma dificuldade enfrentada pela mulher indígena que se propõe a cursar uma faculdade. A estudante que tem filho/a não pode leva-lo/a consigo, pois auxílios como moradia na Casa do Estudante, são apenas para o/a estudante. Isso nos leva à reflexão de que, com efeito, há muito mais a ser considerado nesta cidadania que estar na universidade acarreta a mulher indígena. Sua resistência começa na saída da aldeia, deixando seus filhos para trás, o que, por certo, configura para muitas um impeditivo, seja para seu ingresso, seja para sua permanência, já que há quem desista exatamente por isso.

Tinha o meu filho, né, e eu não sabia o que eu ia fazer, porque era só eu e ele. E ele tinha só três aninhos... eu sei que eu sei escondida dele... eu não tô conseguindo falar... Mas eu fui né... lembro que eu deixei escrito no espelho, o meu filho nem sabia ler, mas eu peguei um batom e escrevi 'filho, a mamãe te ama muito tá, sempre vai te amar'. E até hoje ele lembra, porque a minha irmã leu pra ele [...] Tem

mulheres que se inscreviam pra vir pra FURG, só que quando chegavam lá, viam que não podiam levar os filhos, não tinham apoio e acabavam voltando pra aldeia. Porque o homem não pensa muito nisso, mas pra gente é mais complicado, né, deixar os filhos (Aluna 6).

Nesse sentido, quando questionadas sobre as ações afirmativas de fato auxiliarem a entrada das mulheres indígenas na universidade, as falas foram unânimes no entendimento do quanto as ações afirmativas são fundamentais para os povos indígenas: *é essencial para os indígenas... a gente vem de um ensino fundamental, de um ensino médio totalmente precário (Aluna 5); as ações afirmativas são de grande relevância porque se não tivesse essas cotas e essas ações, não estaríamos na universidade, não teríamos as condições necessárias para se manter em uma universidade (Aluna 4).* Também, houve narrativas que associaram as ações afirmativas à visibilidade da mulher indígena, ratificando aquela questão motivacional para com as mulheres indígenas que permanecem nas aldeias.

É legal ver as mulheres entrando e ganhando força junto... é uma grande influência para a mulher indígena na aldeia, ver a gente estudando, buscando o nosso objetivo... é muito ruim ficar sendo mãe, mulher ali, sabe, deixando de viver o sonho dela de ser uma enfermeira, ter um diploma, um estudo (Aluna 1).

Podemos dizer que essa questão que envolve ter de deixar seus filhos para virem para a Universidade enquanto um impeditivo para as mulheres indígenas confirma-se nesta narrativa, cujo argumento enfatiza não haver um olhar voltado para a mulher indígena em si.

Esse sistema de cotas tem que ser muito bem mais trabalhado, mais efetivo, principalmente, assim, porque eles fazem em geral, nunca pensam em mulher. Eu acredito que tem que ter alguma coisa pensando nas mulheres, porque pro homem é mais fácil, tudo é mais fácil, então, teria que ter alguma coisa que ajudasse mais, efetivamente, ajudasse mais (Aluna 6).

Esse embate entre a igualdade de direitos entre homens e mulheres e os aspectos culturais dos povos indígenas chega até a academia, como podemos constatar nas vivências relatadas pelas mulheres indígenas universitárias da FURG, as quais, para ganharem voz dentro da Universidade, frente aos homens indígenas universitários, sobretudo, criam o Coletivo de Mulheres Indígenas Xondarias. Ainda, destacamos que o

preconceito por ser mulher indígena destacado pelas entrevistadas vem do homem indígena.

A gente criou o coletivo de mulheres devido aos grandes ataques que estávamos tendo dentro da universidade, nem tanto pelo público em geral, homens em geral, não, foi pelos próprios homens indígenas que estavam na Universidade, que conviviam com a gente, sabe [...] Chegou ao ponto de estarmos em uma reunião e uma estudante indígena, que é uma das lideranças do Coletivo dos Estudantes¹⁹, querer falar e um homem, que não era da liderança, não deixou ela falar, sendo que ela foi escolhida para ser uma de nossas representantes, e ele não deixava ela falar, pelo simples fato de ela ser mulher (Aluna 1).

Na aldeia, tem indígena ainda que diz que mulher tem que ficar no canto dela quando homem tiver falando do assunto dele. Tem muito homem que pensa ainda que mulher é pra fogão, limpar a casa, isso é uma coisa que é difícil de tirar. E aqui na universidade também, né, a gente trouxe os homens pra universidade e a universidade não acabou com isso, né. Eu vejo assim, que o homem branco não tem muito preconceito [...] me senti apoiada pelo homem branco, é mais complicado trabalhar isso com os homens indígenas né (Aluna 6).

A realidade das mulheres indígenas enquanto sujeitas constituídas em suas aldeias reflete, de acordo com Faustino, Novak e Lança (2010, p. 345), uma dupla exclusão, uma dupla invisibilidade: de etnia e de gênero, tanto para com as sociedades dominantes quanto para as comunidades em que vivem, e estar na Universidade representa a possibilidade de tornarem-se visíveis. Há, por certo, segundo Maria Aparecida Bergamaschi e Andreia Kurroschi (2013), um impacto das ações governamentais no crescimento do acesso indígena ao ensino superior, mas destaca-se a atuação dos movimentos indígenas que elegeram o ensino superior, dentre outros, como um espaço de afirmação, de modo que a universidade configura como uma aliada nessa afirmação.

Com efeito, Domínguez e Lozano (2015) apontam que o espaço escolar, especificamente o universitário, institui um espaço social do jovem que, dentro das comunidades indígenas e da sociedade em geral, distingue e define uma população. Nesse sentido, a universidade, ainda que reforce, modelos dominantes de gênero, sexualidade, corpo, ao mesmo tempo, gera reflexões críticas que tendem a transformar tais modelos. Isso indica um campo juvenil dinâmico e transformador, condicionado por múltiplas formas de ser jovem, que se posicionam e se relacionam, em termos de conflito e exclusão, mas também de consenso e identificação.

¹⁹ O Coletivo de Estudantes Indígenas da FURG é uma organização criada para dar voz à etnia, reunindo todos os estudantes indígenas da Universidade.

Nesse sentido, cabe destacar a reflexão proposta por uma das entrevistadas acerca da busca por essa igualdade de direitos entre homens e mulheres, reiterada neste trabalho, da luta da mulher e da luta da mulher indígena, muito diferentes, na medida em que aquela implica o cumprimento de direitos já conquistados, enquanto esta quiçá esteja engatinhando: *a igualdade de gênero para nós ainda não chegou, não posso nem dizer que começou porque se começou, foi muito pouco, em poucas aldeias. Então, a luta feminista é diferente da luta de uma mulher indígena* (Aluna 1). Esse relato reforça a questão da dupla invisibilidade da mulher indígena apontada anteriormente por Faustino, Novak e Lança (2010), não apenas na luta pelo direito a igualdade entre homens e mulheres, aspecto cultural demasiadamente arraigado em meio a população indígena, seja dentro das comunidades, seja dentro da Universidade, mas também na luta pelo direito a igualdade entre mulheres indígenas e não indígenas.

Considerações Finais

As ações afirmativas surgem no Brasil enquanto tecnologias de governo que buscam oportunizar condições de igualdade e cidadania a indivíduos que se encontram a margem da sociedade, em um contexto histórico de preconceito e discriminação. No entanto, apoiadas nos conceitos foucaultianos de problematização e governamentalidade, partindo, assim, das práticas concretas envolvendo a experiência indígena universitária, chegamos no momento da emergência dessas políticas públicas, a Constituição Cidadã de 1988. Tem-se, assim a inserção indígena no ensino superior por meio das cotas e das demais ações afirmativas, não apenas como forma de corrigir desigualdades históricas, verdade produzida, mas contornada a partir do pensamento político, econômico e social da época, que preconiza a não exclusão neoliberal para que todos participem do jogo econômico e a inclusão democrática que insere a todos/as como cidadão/ãs para poder governa-los/as.

A partir desses primeiros movimentos da pesquisa, analisando as narrativas das mulheres indígenas universitárias da FURG, articuladas ao que se tem produzido acerca dessa temática, bem como à percepção das mulheres indígenas aldeadas, o presente trabalho evidenciou aspectos relevantes na constituição das mulheres indígenas enquanto sujeitas dentro de suas comunidades, os quais revelam a importância da educação superior para a visibilidade da mulher indígena. Uma mulher indígena estar na universidade representa um avanço em sua luta por direitos iguais, com efeito, para além da governamentalidade neoliberal democrática que a todos/as incluem para a

todos/as governar, apresentando uma outra sujeita possível que à vó que cuida dos/as netos/as, à mãe que também é artesã e que precisa vir para cidade vender seus produtos, com os/as filhos/as a tira colo, e à filha que tende a seguir esses mesmos passos, conforme trouxeram Faustino, Novak e Lança (2010).

As narrativas revelam, assim, a relevância das ações afirmativas, pois, com efeito, possibilitam a condição de universitárias às mulheres indígenas, o que lhes permitem ganharem voz e tornarem-se visíveis enquanto mulheres indígenas. Trata-se de um importante passo na batalha pela igualdade entre homens e mulheres indígenas, em meio a uma cultura machista, que se perpetua das comunidades para a universidade, seja em razão do comportamento dos próprios homens indígenas, cidadãos também trazidos democraticamente para dentro da academia, seja por uma falta de especificidades a serem consideradas pelas ações afirmativas que tocam apenas as mulheres indígenas.

Quer dizer, a questão familiar, em especial, os/as filhos/as, é trazida nas narrativas como um impeditivo no trilhar desse caminho universitário, do qual muitas mulheres indígenas desistem. Algumas das entrevistadas, aquelas que são mães, apontam que as ações afirmativas voltadas à permanência das estudantes indígenas na Universidade não dimensionam o que significa para elas deixarem seus/suas filhos/as na aldeia, de modo que não podemos dizer que essas políticas públicas auxiliam na entrada das mulheres indígenas no ensino superior.

Mesmo assim, ainda que se tenha, considerando a governamentalidade neoliberal democrática, na qual as ações afirmativas originaram-se, um impacto das ações governamentais no crescimento do acesso indígena à universidade, esses povos tradicionais elegeram o ensino superior como um espaço de afirmação, tornando-se a academia sua aliada nessa afirmação. Com efeito, Domínguez e Lozano (2015) confirmam a universidade enquanto um espaço educativo que possibilita reflexões críticas capazes de transformar padrões dominantes.

Dessa forma, indo de encontro aquela visão romantizada do que representa uma mulher indígena estar na Universidade, para ser reconhecida, a acadêmica indígena tem que resistir não apenas a sua invisibilidade nas comunidades, mas a sua realidade universitária também, reconhecendo que esta foi produzida em uma governamentalidade democrática que assim a subjetiva. Podemos dizer que a mulher indígena vem resistindo, na medida em que reconhece que as ações afirmativas são importantes para os povos indígenas chegarem a universidade, mas vislumbra que há que se considerar as

especificidades que envolvem sua condição de mulher indígena, seja nas relações em suas comunidades, seja na própria universidade, ainda diante do homem indígena.

Referências

ANGNES, Juliane Sachser; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; KLOZOVSKI, Marcel Luciano; COSTA, Zoraide da Fonseca; ROCHA, Carla Marlana. A permanência e a conclusão no ensino superior: o que dizem os Índios da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO) – Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 25, n. 6, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.25.2426>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andreia Rosa da Silva. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: o Programa de Acesso e Permanência na UFRGS. *Dossiê Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 1-20, 2013–ISSN: 1982-3207. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/45654/28834>. Acesso em 10 abr. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e Autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa Narrativa: experiência e história de pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Editora UFU, 2015.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. *Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. 2008. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10055/1/Maria%20Jose%20de%20Jesus%20Alves%20Cordeiro.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

DOMÍNGUEZ, Daniel Solís; LOZANO, Consuelo Patricia Martínez. Género, sexualidad y cuerpo. Campo juvenil y jóvenes universitarios indígenas de San Luis Potosí, México. Cuicuilco vol.22 no.62 México ene./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/cuicui/v22n62/v22n62a8.pdf>. Acesso em 8 mai 2019.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Simone Jacomini; LANÇA, Vanessa de Souza. Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná. *Revista Emancipação*, 2010. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.341350>. Acesso em: 15 mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Segurança Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-77.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

GUALA, Lourdes T. Género y sustentabilidad: nuevos conceptos para el movimiento indígena. *Polis*, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/7284>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2017.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre Vol. 24, Ed. 50, 2018. (Jan-Apr 2018): 377-448. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/4981de96d48867a145ae6ab6bd737f21/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2040949>. Acesso em: 1º ago. 2018.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, 2006. 227 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

MARTINS, Bárbara; FERREIRA, Virgínia. Potencial das entrevistas narrativas no estudo de experiências traumáticas a partir das narrativas de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*. 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1007>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MENDONÇA, Erica da Silva; ARANHA, Maria Lúcia Machado. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 180-195, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47226/31987>. Acesso em: 5 jan. 2021.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e políticas de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/539/375>. Acesso em: 1º mai. 2017.

SIMÕES, Rodrigo. Participação indígena no Ensino Superior aumenta mais de 500% em seis anos; mulheres são a maioria. *Quero bolsa*, 2019 Disponível em:

<https://querobolsa.com.br/revista/participacao-indigena-no-ensino-superior-aumenta-mais-de-500-em-seis-anos-mulheres-sao-a-maioria>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Gubernamentalidad y educación. *Revista Colombiana de Educación*. N. 65. Bogotá, Colombia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/3346/Gubernamentalidad%20y%20educaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Gubernamentalidad neoliberal: implicaciones para la educación. In: NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto (org.) *Alfredo Veiga-Neto y los estudios foucaultianos em educación*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2018. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaey/article/view/9748/8965>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em abril de 2021.